



2º Simulado Especial

STJ

Analista Judiciário - Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial STJ (Analista Judiciário – Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Judiciária da STJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/5PDT2xmE1qxuUGP97>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/MLBb>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1**

O STJ atua como instância revisora de decisões de tribunais inferiores que envolvem a aplicação de leis federais. O recurso especial é admitido quando há divergência na interpretação de uma mesma norma entre diferentes tribunais ou quando há contrariedade a tratado ou lei federal.

Uma das principais responsabilidades do STJ é garantir que as leis federais sejam aplicadas de maneira uniforme em todo o país. Para isso, o tribunal estabelece súmulas e precedentes que orientam as decisões dos juízes e tribunais inferiores.

Além de atuar como instância revisora, o STJ também julga, em alguns casos, ações que começam diretamente em sua competência. Essas ações podem envolver, por exemplo, autoridades como governadores de estado, quando o processo for de natureza civil ou criminal, e ministros de Estado.

O STJ é competente para julgar ações que envolvam Estados estrangeiros ou organismos internacionais, quando essas questões são reguladas por leis federais.

- 01.** De acordo com a ideias veiculadas no texto, o STJ é responsável por multiplicar a percepção da interpretação das leis federais em todo o Brasil, garantindo a aplicação consistente dessas normas.
- 02.** Segundo o texto, o Superior Tribunal de Justiça, além de desempenhar seu papel na interpretação uniforme das leis federais, exerce a importante função de homologar sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, de modo que estas possam ser reconhecidas e tenham validade jurídica no território brasileiro.

03. No primeiro parágrafo, o verbo 'há' está flexionado na terceira pessoa do singular devido à flexão do termo 'divergência'.

04. No segundo parágrafo, a oração 'que as leis federais sejam aplicadas de maneira uniforme em todo o país' exerce a função do sujeito do verbo 'garantir'.

05. Na oração 'que as leis federais sejam aplicadas de maneira uniforme em todo o país', o termo 'de maneira uniforme' indica o modo e poderia ser substituída por: harmonicamente.

06. No segundo parágrafo, na expressão 'todo o país', a retirada do artigo provoca alteração no sentido original da frase e, nesse caso, prejudicaria a coerência textual.

07. No início do terceiro parágrafo, a expressão 'Além de' indica acrescentamento.

08. No terceiro parágrafo, a supressão das vírgulas que isolam a expressão 'por exemplo' manteria a correção gramatical do texto, visto que tal expressão é de curta extensão.

09. "Além de atuar como instância revisora, o STJ também julga, em alguns casos, ações que começam diretamente em sua competência."

No período destacado, os termos 'ações' e 'que' exercem a mesma função sintática.

10. No último parágrafo, a preposição "para" introduz o complemento verbal no contexto em que ocorre.

Texto 2

A mudança climática tem contribuído significativamente para o aumento do nível do mar, o que, por sua vez, torna as tempestades mais severas e eleva a probabilidade e o impacto das inundações costeiras. Segundo Karthik Balaguru, cientista climático e de dados do Pacific Northwest National Laboratory, em entrevista ao MIT Technology Review, o aquecimento global está intensificando esses eventos climáticos extremos.

À medida que o ar se aquece, ele tem a capacidade de reter mais umidade, resultando em uma maior quantidade de chuva durante as tempestades. Isso aumenta o risco de inundações mais intensas, especialmente em regiões atingidas por furacões.

Além disso, outro efeito observado é que as tempestades estão se tornando mais propensas a se deslocar lentamente ou até mesmo parar em uma única área, o que faz com que despejem grandes volumes de chuva em zonas concentradas, intensificando o risco de inundações, como foi o caso do furacão Harvey.

11. No primeiro período do texto, a expressão verbal 'tem contribuído' poderia ser substituída por 'vem contribuindo' sem alteração da correção e sem afetar a coerência do texto.
12. No primeiro período do texto, o termo 'severas' exerce a função de predicativo do objeto.
13. No início do segundo parágrafo, a expressão 'À medida que' poderia ser substituída por 'Na medida em que' com manutenção da correção e do sentido original.
14. Das informações presentes no texto, infere-se o impacto da mudança climática nas temperaturas médias globais, incluindo ondas de calor mais intensas e frequentes.
15. No início do último parágrafo, a expressão 'é que' é classificada com elemento de realce.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

16. As ações de improbidade administrativa agora prescrevem em oito anos, contados a partir da data do fato ou do término do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
17. O acordo de não persecução cível pode ser celebrado a qualquer tempo, inclusive durante a fase de execução da sentença.
18. A Lei 8.429/1992, após a atualização pela Lei 14.230/2021, passou a permitir que a prescrição intercorrente seja reconhecida inclusive de ofício pelo juiz.
19. Os atos de improbidade que causam lesão aos princípios da administração pública não necessitam de prova de dano ao erário para serem punidos.
20. A Lei 8.429/1992 prevê a possibilidade de responsabilização de agentes políticos por atos de improbidade administrativa, sendo que essa responsabilização ocorre de forma autônoma, independente de crimes de responsabilidade.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

Sobre a disciplina de Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

21. O dano ambiental traz consigo o dever de responsabilidade, pois é direito humano fundamental de terceira geração e tem caráter imprescritível.
22. O Direito Humanitário é reconhecido precedente dos Direitos Humanos, tendo sido afirmado junto à primeira fase de internacionalização da proteção a tais direitos, objetivando acolher as vítimas dos conflitos bélicos, civis e militares fora de serviço.
23. Pessoas que comprovam doar sangue mensalmente são consideradas grupo prioritário para fins de atendimento.
24. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os direitos humanos de segunda dimensão consagram os direitos sociais e reforçam o princípio da solidariedade.
25. Indivíduos com deficiência são aqueles que apresentam limitações sensoriais, intelectuais ou cognitivas que, em conjunto com barreiras sociais, impedem sua plena participação na sociedade.
26. Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas do grupo que tem atendimento prioritário por Lei não serão atendidos juntamente aos titulares da prioridade, mas imediatamente a seguir.
27. Um dos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é a promoção da saúde integral.

28. No Brasil, é assegurado por lei o ensino da história geral da África e da história da população negra.

NORMATIVOS INTERNOS DO STJ

Tiago Zanolla

Com base no regimento interno do STJ, responda:

29. As Seções do STJ são compostas por seis Turmas, com cinco Ministros em cada uma. A Primeira Seção é composta pela Primeira e Segunda Turmas; a Segunda Seção é formada pela Terceira e Quarta Turmas; e a Terceira Seção é composta pela Quinta e Sexta Turmas.
30. Compete à Terceira Seção do STJ processar e julgar todos os feitos relativos à matéria penal, inclusive os de competência originária da Corte Especial e os habeas corpus das Turmas da Primeira e Segunda Seção.
31. A Corte Especial do STJ tem competência para processar e julgar crimes comuns cometidos por Governadores de Estado, Desembargadores dos Tribunais de Justiça, e membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.
32. A data da nomeação é o principal critério a ser observado na definição da antiguidade dos Ministros no STJ.
33. Na eleição para os cargos de direção, considera-se eleito, em primeiro escrutínio, o Ministro que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros do Tribunal. Em segundo escrutínio, concorrerão somente os dois Ministros mais votados no primeiro, concorrendo, entretanto, todos os nomes com igual número de votos na última posição a considerar. Se nenhum reunir a maioria absoluta de sufrágios, proclamar-se-á eleito o mais votado, ou o mais idoso, no caso de empate.

34. Em uma audiência no STJ, um advogado solicitou preferência para realizar a sustentação oral devido à sua condição de idoso. Durante a análise da situação, o presidente da sessão explicou que existem critérios específicos previstos no regimento para a concessão de preferência na sustentação oral.

Com base no Regimento Interno, têm preferência para a sustentação oral, na seguinte ordem: pessoas com necessidades especiais; gestantes e lactantes, enquanto perdurar o estado gravídico ou o período de amamentação; adotantes e aquelas que derem à luz, pelo período de 120 dias; e idosos com idade igual ou superior a sessenta anos.

35. Consoante a Resolução STJ/GP n. 38 de 6 de dezembro de 2023, são destinatários deste Código as magistradas e magistrados, servidoras e servidores, exceto licenciadas/os, cedidas/os ou em exercício provisório, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração, estagiárias e estagiários, colaboradoras e colaboradores e voluntárias e voluntários que tenham vínculo permanente, temporário ou excepcional com o Superior Tribunal de Justiça, ainda que sem retribuição financeira.

36. É permitida a aceitação de brindes, itens compreendidos como aqueles que não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor total correspondente a 5% ao vencimento básico do cargo ocupado e não seja distribuído em periodicidade inferior a doze meses.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

Com base na ética no serviço público, analise as questões a seguir:

37. A ética no serviço público deve ser pautada exclusivamente por princípios legais, sem levar em conta valores morais ou sociais, pois as normas jurídicas são suficientes para garantir uma conduta correta dos servidores públicos.

38. A ética e a democracia estão intrinsecamente ligadas, pois a prática democrática pressupõe a observância de princípios éticos como o respeito à igualdade, à justiça e à transparência no trato com a coisa pública.

39. O exercício da cidadania está diretamente relacionado ao cumprimento de deveres legais e à exigência de direitos individuais, não tendo relação com o respeito deveres cívicos desejados pela sociedade.

40. A ética no desempenho da função pública exige que o servidor público coloque o interesse coletivo acima de interesses pessoais ou de grupos, garantindo que suas ações estejam em conformidade com os princípios de legalidade, moralidade e impessoalidade.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

41. No Windows 10, a assistente virtual, Cortana, utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva para conseguir interagir de forma cada vez mais integrada com o usuário específico, aprendendo seus hábitos e pequenas idiosincrasias.

42. O One Drive é o aplicativo de email da Microsoft que recentemente abriu o seu código no mercado.
43. No Word, uma funcionalidade bastante útil é o sombreamento, que se encontra disponível para o usuário na guia Layout e permite que seja colocado um realce no texto similar ao efeito de um marca-texto.
44. No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele, serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.
45. O protocolo RARP é o responsável pela conversão de endereços físicos para endereços lógicos em uma rede TCP/IP.
46. A intranet é o tipo de rede corporativa que oferece acesso irrestrito aos funcionários de uma empresa e pode ser acessada de outros local físico que não seja a instalação da empresa.
47. O Ransomware é um tipo de ataque que sequestra os dados do usuário, visto que o atacante se apossa dos dados do usuário, criptografa e exige o pagamento de resgate para a sua devolução.
48. O hoax é um tipo de ataque que assume o comando das caixas de som dos equipamentos e gera um barulho incômodo e irritante nos dispositivos, fazendo com os usuários não consigam permanecer utilizando os mesmos até que o ataque seja removido.
49. Centralizada, replicada e federada são tipos de modelo de governança de dados que podem ser adotados de acordo com o modelo de negócio.

50. Os dados são elementos básicos na comunicação e frequentemente extraídos das informações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca dos atos administrativos, suas formas de extinção e convalidação, julgue os itens a seguir.

51. Um ato administrativo que apresente defeitos sanáveis não necessariamente será anulado, podendo ser convalidado pela administração, com efeitos retroativos, quando não lesionar o interesse público.

52. O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data da publicação do ato em meio oficial, salvo comprovada má-fé.

Considere que o servidor João descobriu que um amigo íntimo consta como interessado em sua decisão, em processo administrativo de sua responsabilidade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, nos termos da Lei nº 9.784/1999.

53. João tem o dever de comunicar imediatamente à autoridade competente sobre essa circunstância para ser afastado do processo, sob pena de responder por falta grave, caso omita essa informação.

54. Caso uma das partes alegue impedimento de João, eventual indeferimento dessa arguição será passível de recurso, com efeito suspensivo.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

55. O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa, em virtude da vedação ao *bis in idem*.

56. A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração de atos de improbidade administrativa suspende o curso do prazo prescricional pelo prazo máximo de cento e oitenta dias.

57. Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Acerca das Licitações e Contratos Administrativos, com base na Lei nº 14.133/21, julgue os itens a seguir.

58. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da administração.

59. Em uma contratação de serviço de fornecimento de bens realizada pela administração pública, o edital poderá exigir prestação de garantia por parte do contratado, podendo ainda definir que a modalidade de garantia será em caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Tendo como base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca de direitos fundamentais, analise os itens abaixo.

60. A mora irrazoável por parte da Anvisa quando da apreciação do pedido de registro de medicamento é o único requisito que deve ser observado quando da determinação judicial de dispensação de medicamento sem registro ou experimental pelo SUS.

61. É constitucional lei estadual que prevê a reserva de assentos especiais a serem utilizados por pessoas obesas.

62. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.

A respeito das funções essenciais à Justiça, analise o item abaixo.

63. A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, uma vez que compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

Sobre a organização político-administrativa do Estado, analise os itens abaixo.

64. É constitucional lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.

65. O Estado XX pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal, é correto afirmar que A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.

Acerca da competência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item abaixo.

66. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, julgue o item.

67. No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

A respeito do processo legislativo constitucional, julgue o item.

68. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

69. A anulação do negócio jurídico por vício de consentimento denominado estado de perigo requer a configuração do dolo de aproveitamento.

70. Prescreve em 10 anos a pretensão de reparação civil decorrente de responsabilidade contratual.

71. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.

72. A doação pura feita ao absolutamente incapaz requer a aceitação do seu representante legal, sob pena de nulidade.

73. Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.

74. A propriedade superficiária não pode ser objeto de hipoteca.

75. O tutor encontra-se legalmente impedido de se casar com a tutelada.

76. No regime da comunhão parcial, consideram-se bens comuns os frutos dos bens particulares de cada cônjuge.

77. O cônjuge casado no regime da comunhão universal de bens concorre com os descendentes à herança legítima do falecido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

78. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A extinção do cumprimento provisório de sentença por conta de transação celebrada em ação coletiva entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, em prejuízo do exequente, afasta o princípio da causalidade em desfavor da parte executada.

79. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre o recurso especial, julgue o item seguinte.

O Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave

80. Acerca das disposições processuais sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), julgue o item subsequente.

Caso o Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de sua competência, tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito processual repetitiva, não caberá a instauração de IRDR.

81. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Argumentos em obiter dictum se prestam a caracterizar divergência jurisprudencial para fins de embargos de divergência

82. Com base no Código de Processo Civil (CPC), julgue o item a seguir.

Há litispendência quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

83. Julgue o próximo item, referente a ordem dos processos nos tribunais.

O procurador que desejar proferir sustentação oral poderá requerer, até o início da sessão, que o processo seja julgado em primeiro lugar, sem prejuízo das preferências legais.

84. Com referência ao mandado de segurança, julgue o item a seguir.

O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 90 (noventa) dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado

85. Julgue o item que se segue de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Embora a jurisprudência do STJ reconheça a legitimidade do filho para suscitar em embargos de terceiro a impenhorabilidade do bem de família em que reside, isso não pode ser usado para, por via transversa, modificar decisão que já rechaçou a impenhorabilidade do referido bem.

86. Julgue o item subsequente, a respeito da prova pericial.

De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

87. Quanto ao tempo do crime, julgue o item a seguir.

Carlos, brasileiro, cometeu crime de homicídio contra João, argentino, fora do Brasil e foi absolvido no estrangeiro. Por esse caso, Carlos não poderá mais estar sujeito à lei brasileira.

88. A afirmação de que “não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal” contida no Código Penal traduz os ideais dos princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade.

89. No que diz respeito ao crime consumado e tentado no Direito Penal, julgue o próximo item.

A tentativa é punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, salvo disposição em contrário.

90. Julgue o item a seguir.

O erro de tipo exclui o dolo, seja vencível ou invencível.

91. Julgue o item a seguir à luz da teoria do crime.

É inimputável, e portanto isento de pena, o agente que, no momento do crime, devido a perturbação mental, não era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinação de acordo com esse entendimento.

92. Julgue o item a seguir à luz da teoria da pena.

O agente reincidente poderá ter a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.

93. Julgue o item a seguir sobre o tema ação penal:

A ação penal pública condicionada à representação sujeita-se ao prazo decadencial de seis meses contados da data do fato.

94. Julgue o item a seguir.

Os cartões de crédito ou débito equiparam-se a documento particular para fins de tipificação de crimes contra a fé pública.

95. Em relação aos crimes contra a Administração, julgue os itens:

Por se tratar de crime funcional, a prática de corrupção passiva pressupõe o efetivo exercício de função pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

96. Sobre o inquérito policial, julgue o item a seguir:

A inobservância do prazo previsto em lei para a conclusão do inquérito policial com indiciado preso implica a revogação automática da prisão preventiva.

97. Sobre a figura do Juiz das Garantias, julgue o item a seguir:

As normas relativas ao juiz das garantias não são aplicáveis aos processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038/1990.

98. Acerca das citações e intimações, julgue o item a seguir:

No caso de suspensão do processo e do curso do prazo prescricional em razão da revelia do réu citado por edital, o período de suspensão do prazo prescricional deve ficar limitado ao tempo de prescrição calculado com base na pena máxima cominada ao delito.

99. Acerca da prisão em flagrante, julgue o item a seguir:

Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, sendo absolutamente vedada a realização da audiência de custódia por videoconferência, conforme entendimento do STF.

100. Acerca da competência, julgue o item a seguir:

Em se tratando de crime de estelionato, quando praticado mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio do réu.

101. Acerca das provas, julgue o item a seguir:

É ilícita a prova colhida em caso de desvio de finalidade após o ingresso em domicílio, quando do cumprimento de mandado de prisão ou de busca e apreensão expedido pelo Poder Judiciário, ainda que se verifique hipótese de encontro fortuito de provas.

102. Acerca do *habeas corpus*, julgue o item a seguir:

Conforme entendimento do STJ, não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido de liminar em *habeas corpus*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada.

103. Acerca da revisão criminal, julgue o item a seguir:

O réu possui capacidade postulatória autônoma para propor revisão criminal, nos termos do art. 623 do CPP, que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

104. O princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços indica que o sistema de proteção social deve oferecer todas as prestações, sem exceções, a quem delas necessite, para a consecução da igualdade e da justiça social.

105. Os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente prescindem de carência.

106. Em janeiro de 2024, Maria Francisca (Chica) obteve a aposentadoria programada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Seis meses após a concessão de sua aposentadoria, ela sofreu um acidente vascular cerebral que a deixou em estado vegetativo, demandando cuidados permanentes de terceiros. Diante do caso hipotético apresentado, pode-se afirmar que Chica tem direito ao acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei nº 8.213/1991, caso comprove a necessidade da assistência permanente de terceiros.

107. Conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal, a preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes não impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da proteção à família.

108. Iracema tem 15 anos de idade e mora numa aldeia indígena no interior do Pará. Na aldeia, participa ativamente do cultivo de mandioca e hortaliças para a subsistência do grupo familiar.

Iracema está prestes a dar à luz. No caso, à luz do entendimento dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar que Iracema não terá direito de receber salário-maternidade porque a filiação do segurado especial ao RGPS se dá a partir dos 16 anos de idade.

109. O entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça é de que a sentença trabalhista homologatória de acordo, assim como a anotação na CTPS e demais documentos dela decorrentes, somente será considerada início de prova material válida, para fins de comprovação de tempo de serviço/contribuição, quando houver nos autos elementos probatórios contemporâneos que comprovem os fatos alegados e que sejam aptos a demonstrar o tempo de serviço no período que se pretende reconhecer na ação previdenciária, exceto na hipótese de caso fortuito ou força maior.

110. A empresa SHG S.A. está questionando judicialmente que não tem a obrigação de recolher contribuição previdenciária sobre a parcela descontada da remuneração dos seus empregados para custear a ajuda-alimentação e o auxílio-transporte.

Nessa situação hipotética, pode-se afirmar que, à luz do entendimento do STJ, a empresa não sairá vencedora porque tais parcelas compõem a remuneração do trabalhador e, portanto, seu salário de contribuição.

111. Com o advento da Emenda Constitucional n.º 103/2019, o(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) por incapacidade para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade da incapacidade após cinco anos da data de concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

112. É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, exceto na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese

alguma, sua contribuição poderá exceder a do segurado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

113. João pretende ingressar com uma ação judicial para discutir a exigibilidade de um crédito tributário, mas descobre que a legislação exige um depósito prévio como requisito de admissibilidade da ação.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

A exigência de depósito prévio para admissibilidade de ação judicial que discute crédito tributário é constitucional.

114. A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, ou seja, somente pessoas plenamente capazes podem ser sujeitos passivos de obrigações tributárias.

115. Segundo o Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica do tributo é determinada pela denominação e características formais adotadas pela lei que o institui.

116. As taxas podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondem a impostos, desde que instituídas pela mesma pessoa jurídica de direito público.

117. Carlos, proprietário de uma pequena gleba rural que explora pessoalmente sem possuir outro imóvel, recebeu uma notificação de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Inconformado, ele alega que não deve pagar o imposto.

Considerando a situação hipotética, julgue o item a seguir.

Carlos está correto, pois, de acordo com a Constituição Federal, o ITR não incide sobre pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel.

118. O crédito tributário extingue-se após cinco anos contados da data do lançamento, prazo após o qual a Fazenda Pública não pode mais cobrá-lo judicialmente.

119. É permitido aos Estados estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino, visando estimular a economia local.

120. É constitucional a cobrança de taxa pelo serviço de iluminação pública realizada pelos municípios, desde que haja lei específica que a institua.

Discursiva

Após amplos debates, o Presidente da República, há poucos meses, assinou tratado internacional que limitava as hipóteses de prisão preventiva, decretada, como se sabe, antes que se tenha certeza a respeito da autoria do crime, e estabelecia diretrizes para o sistema prisional.

Alguns desses comandos colidiam com normas extraídas do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, ampliando o alcance da proteção ali prevista, de modo a trazer grande benefício aos usuários dos serviços judiciários. O tratado foi aprovado, em dois turnos de votação, pela unanimidade dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, sendo promulgado na ordem jurídica interna.

A aplicação de um dos comandos do tratado foi invocada em processo que se encontrava perante uma Turma do Tribunal Regional Federal competente, que demonstraria a ilicitude de ato que contara com o concurso de oficial de justiça no exercício da função. Na ocasião, a União, que figurava no polo passivo, arguiu a inconstitucionalidade do referido comando. A turma, ao se pronunciar, decidiu simplesmente não aplicar o comando do tratado ao caso concreto, entendendo que os efeitos decorrentes de sua aplicação não seriam razoáveis.

À luz das informações fornecidas e dos aspectos jurídicos relevantes, responda os seguintes pontos:

- a) Qual a natureza jurídica do tratado?
- b) O comando do referido tratado internacional, em razão de sua natureza jurídica, poderia ser objeto de controle difuso de constitucionalidade pelos tribunais?
- c) A Turma do Tribunal Regional Federal agiu corretamente? Justifique.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
